

PROCESSO 101624/2024

ASSUNTO: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 11/2024

PARECER DA CONTROLADORIA Nº 202/2024

1. RELATÓRIO

Trata-se de procedimento de Dispensa de Licitação objetivando a Aquisição de 12 (doze) capas de chuva, refletiva, personalizada, com manga longa, com capuz, aba frontal, que inicia na altura do pescoço e termina próxima a parte inferior da bainha da capa, incluso frete, para atender às necessidade desta Corte de Contas, de acordo com as condições estabelecidas no Termo de Referência, peça (0145514). O processo em tela encontra-se devidamente instruído com as seguintes peças:

- 1) Memorando nº 4/2024 - ASMIL (0144739);
- 2) Pesquisa de preço (0145509);
- 3) Termo de Referência (0145514);
- 4) Nota de reserva orçamentária (0146457);
- 5) Autorização prévia da autoridade competente (0147238);
- 6) Aviso de dispensa de licitação e respectiva comprovação de publicação no DOE TCE/PI (0147778 e 0148186);
- 7) Pesquisa de preço complementar (0150122);
- 8) Tabela de preço médio (0150123);
- 9) Justificativa Técnica Aprovação TR (0150127);
- 10) Aprovação do TR pela autoridade superior (0150129);
- 11) Certidões de regularidade fiscal e trabalhista (0150321).
- 12) Justificativa Técnica (0150325);
- 13) Despacho da DLC encaminhando a esta UCI (0150356).

O processo em epígrafe foi encaminhado para análise e parecer da Unidade de Controladoria Interna. É o relatório.

2. DA ANÁLISE DO PROCESSO LICITATÓRIO

A Controladoria Interna do TCE/PI é órgão da estrutura administrativa que tem por finalidade garantir informações adequadas ao processo decisório, colaborando com a gestão na busca da eficácia gerencial, por intermédio de mecanismos e metodologias que assegurem, entre outros aspectos, o cumprimento das exigências legais, a proteção de seu patrimônio e a otimização na aplicação dos recursos públicos, garantindo o atingimento dos resultados propostos pela gestão e

dos fins institucionais do Tribunal de Contas do Estado do Piauí.

2.1 DA DEFINIÇÃO DO OBJETO

Trata-se de processo de contratação direta da empresa SECCO EQUIPAMENTOS DE PROTECAO LTDA, via **dispensa de licitação**, para à aquisição de 12 (doze) unidades de capas de chuva, considerando as condições climáticas imprevisíveis e a importância de garantir o conforto e segurança dos servidores do Tribunal de Contas do Estado do Piauí, no valor total de **R\$ 2.292,00 (dois mil duzentos e noventa e dois reais)**.

Quanto à definição do objeto, Termo de Referência, seus anexos e a justificativa técnica, definiram o objeto certame, quantitativamente e qualitativamente, seguindo as exigências legais.

2.2 DA ADEQUAÇÃO DA MODALIDADE LICITATÓRIA

Verifica-se que foi utilizado a Contratação Direta no presente procedimento, a qual é uma exceção a obrigatoriedade de licitar.

Neste sentido, a instrução deve ser feita de acordo com art. 72 da lei 14.133/2021.

Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

I - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;(0144739, 0145514)

II - estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei;(0145509)

III - parecer jurídico e pareceres técnicos(**0150325**), se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;

IV - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;(**0146457**)

V - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação(0150127) e qualificação mínima necessária;

VI - razão da escolha do contratado;(0150325)

VII - justificativa de preço;(0150122)

VIII - autorização da autoridade competente- autorização prévia;(0147238)

2.3 Das Publicações

O princípio da publicidade é um dos princípios fundamentais que regem a Administração Pública, e é previsto na Constituição Federal de 1988, no artigo 37, caput. Esse princípio estabelece que os atos administrativos devem ser transparentes e acessíveis ao conhecimento de todos,

permitindo a fiscalização pelos cidadãos.

Dessa forma, a publicidade na Administração Pública significa que as informações sobre as ações, decisões, contratos e demais atos realizados pelos órgãos públicos devem ser divulgadas de maneira clara, objetiva e de fácil acesso à população. Isso contribui para a transparência, accountability (prestação de contas) e participação democrática na gestão pública.

A divulgação de informações permite que os cidadãos acompanhem e compreendam as atividades do governo, facilitando o controle social e contribuindo para a prevenção de irregularidades e abusos.

O acesso à informação é um direito fundamental e, nesse contexto, a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011) no Brasil reforça e regulamenta o princípio da publicidade, estabelecendo procedimentos e prazos para que os cidadãos possam requerer informações públicas e promovendo a transparência na gestão pública.

Na peça (0148186), repousa o Comprovante de publicação do aviso de dispensa de licitação no Diário Oficial Eletrônico – TCE/PI.

3 CONCLUSÃO

Por todo exposto, após análise e exame dos itens que compõem o presente procedimento licitatório, certifica-se a **regularidade formal**, estar em consonância com a legislação vigente e apto para que seja dado prosseguimento as etapas subsequentes .

Encaminhem-se os autos à Divisão de Licitações e Contratos, para as demais providências decorrentes.

Teresina, 01 de Abril de 2024.

(assinado digitalmente)

Conselheiro substituto Alisson Felipe de Araújo

Controlador do TCE/PI, em exercício.



Documento assinado eletronicamente por **ALISSON FELIPE DE ARAUJO, Conselheiro Substituto**, em 01/04/2024, às 10:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.tce.pi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0152675** e o código CRC **2B728E60**.

📍 Av. Pedro Freitas 2100 | Centro Administrativo | Teresina-PI | CEP: 64018-900

☎ 3215-3800 | CNPJ: 05.818.935/0001-01

✉ tce@tce.pi.gov.br